



Prefeitura Municipal de Taboão da Serra – SP Enfermeiro

LÍNGUA PORTUGUESA

A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Intertextualidade e polifonia.....	1
Coesão e coerência textuais	9
A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria	11
Língua padrão: ortografia	12
Acentuação.....	13
Pontuação	15
Semântica: denotação e conotação. sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade. Sentido denotativo e conotativo (figurado)	19
Figuras de linguagem.....	20
Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras.....	25
Classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições	26
Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas.....	37
concordância nominal e verbal.....	42
Regência nominal e verbal.....	44
Crase	46
Sintaxe de colocação	48
Vícios de linguagem	49
Exercícios.....	52
Gabarito.....	62

MATEMÁTICA

Estruturas lógicas, lógica da argumentação, Diagramas lógicos.....	1
Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). números decimais, propriedades e operações; Expressões numéricas. Múltiplos e divisores, máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns	10
Frações ordinárias e decimais.....	22
Equações do 1° e 2° graus.....	28
Sistemas de equações do 1° e 2° graus	32

SUMÁRIO



Funções do 1º e 2º grau	40
Sistema de medidas de tempo	59
Sistema métrico decimal	58
Números e grandezas proporcionais, razões e proporções . Regra de três simples e composta.....	59
Porcentagem	64
Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante.....	66
Média Aritmética simples e ponderada.....	68
Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais; Números Primos. Problemas envolvendo os itens do programa proposto.....	72
Exercícios	75
Gabarito.....	81

CONHECIMENTOS GERAIS

Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	1
Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet.....	91
Exercícios	92
Gabarito.....	94

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei 8080/90.....	1
Lei 8142/90.....	18
Decreto 7508/11	19
Constituição Federal – Art. 196 ao 200	26
Portaria 2436/2017 – Política Nacional de Atenção Básica	28
Política Nacional de Humanização HumanizaSUS	65
Políticas de Promoção à Equidade no SUS.....	73
Política Nacional de Promoção à Saúde	74
Ética, deontologia, bioética e legislação em Enfermagem.....	91
Noções de saúde coletiva e epidemiologia	102
Nutrição e dietética em saúde	106

SUMÁRIO



Semiologia e semiotécnica em enfermagem.....	115
Sistematização da assistência em Enfermagem.....	116
Processo do cuidar em Enfermagem	117
Clínica em todo o ciclo vital (recém-nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso)	127
Processo do cuidar em Enfermagem Cirúrgica em todo o ciclo vital (recém-nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso).....	241
Processo do cuidar em Enfermagem em Doenças Transmissíveis	252
Processo do cuidar em Enfermagem em Emergências e Urgências.....	260
Processo do cuidar em Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria	335
Administração e Gerenciamento em Saúde.....	355
Saúde da Família e atendimento domiciliar	371
Biossegurança nas ações de Enfermagem.....	374
Enfermagem em centro de material e esterilização	386
Programa Nacional de Imunização	391
Exercícios	411
Gabarito.....	420

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.



INTRODUÇÃO

Lógica é um tema extremamente recorrente em concursos dos mais diversos tipos. Tanto por seu caráter de testar o raciocínio dos concorrentes, quanto para avaliar o olhar atento do concurseiro para observar padrões, estruturas e a criatividade dos candidatos. Não é algo que pode ser ensinado, mas sim, treinado.

É notória a forma como a matemática aparece de maneira velada e sutil, muitas vezes buscando avaliar as relações construídas pelos candidatos, não necessitando de nenhum conteúdo avançado ou específico, mas sim, buscando as relações impostas entre os temas fundamentais do dia a dia.

Desta forma, o tema lógica se torna essencial.

Há inúmeras formas de abordar questões lógicas, no entanto, algumas podem levar a determinados erros. O objetivo aqui é então apresentar-las a fim de compreender tais estruturas e como analisá-las corretamente.

O leitor deve notar como os temas abordados aqui acabam por conversar entre si de maneira quase natural, dessa forma, enriquecendo o olhar técnico e envolvendo diversas estratégias com o objetivo de esclarecer e treinar o candidato de maneira a conseguir a aprovação.

Boa sorte nesta aventura.

ESTRUTURAS LÓGICAS

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.



LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **Congresso Nacional** decreta e eu sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

TÍTULO II

DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;



Conhecimentos Específicos

O Programa Saúde da Família (PSF) é uma estratégia desenvolvida pelo Ministério da Saúde (MS) com o objetivo de oferecer a atenção básica/primária de forma mais resolutiva e humanizada, sendo fundamental à consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de uma reflexão mais ampla a respeito do processo saúde/doença, que tem a família como foco principal, relacionando-a com o ambiente e os demais fatores que a cercam. Este programa possui ações para a promoção e proteção da saúde, como também para a prevenção, recuperação e reabilitação de doenças e agravos, incluindo o diagnóstico e o tratamento.

O início da história do PSF foi com a formulação do PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) em 1991, partindo do olhar individual para uma visão voltada à família, cujo êxito impulsionou a sua formação. Já em 1994 foram formadas as primeiras equipes de Saúde da Família, ano em que ocorreu a normatização desse programa, mediante a promulgação da Portaria nº. 692, de 25 de março de 1994.

Vale ressaltar que essa estratégia é uma reorientação do modelo assistencial, formada por equipes multiprofissionais nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Tais equipes acompanham um certo número de pessoas (recomenda-se, no máximo, 4.500 pessoas) em uma área geográfica definida e são compostas minimamente por: Médico, Enfermeiro, Auxiliar de Enfermagem, Agentes Comunitários (estes em número de 4 a 6). Outros profissionais (ex.: dentistas, assistentes sociais, psicólogos) podem ser incorporados conforme a demanda populacional, avaliando a situação de saúde, seus determinantes e as possibilidades de cada local.

As Unidades de Saúde da Família (USFs) buscam obedecer aos princípios e diretrizes estabelecidos pelo SUS (universalização, equidade, integralidade, descentralização, hierarquização, participação popular), estando inseridas no primeiro nível de atenção e serviços, visando uma atenção integral aos sujeitos e suas famílias, de forma gratuita e organizada, analisando o ambiente em que vive e assim promovendo qualidade de vida à comunidade.

O PSF facilita a compreensão do paciente no contexto em que vive. As visitas domiciliares, por exemplo, possibilitam a identificação dos componentes de cada núcleo familiar e dos casos de morbidade (levantando os problemas de saúde existentes) como também a análise das condições higiênico-sanitárias e ambientais em que o mesmo encontra-se inserido. Isso permite um vínculo entre as unidades (representadas por suas equipes) e as famílias, com a transferência de informações sobre os serviços disponíveis, os cadastramentos e os locais de atuação.

Fonte: Disponível em: <https://www.brasilecola.com..> Acesso em: 03.mai.2023



Vigilância à saúde: perfil epidemiológico, vacina, endemias e epidemias

Propósitos e funções

A vigilância epidemiológica tem como propósito fornecer orientação técnica permanente para os profissionais de saúde, que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a ocorrência dessas doenças e agravos, bem como dos fatores que a condicionam, numa área geográfica ou população definida. Subsidiariamente, a vigilância epidemiológica constitui-se em importante instrumento para o planejamento, a organização e a operacionalização dos serviços de saúde, como também para a normatização de atividades técnicas correlatas. A operacionalização da vigilância epidemiológica compreende um ciclo de funções específicas e intercomplementares, desenvolvidas de modo contínuo, permitindo conhecer, a cada momento, o comportamento da doença ou agravo selecionado como alvo das ações, para que as medidas de intervenção pertinentes possam ser desencadeadas com oportunidade e eficácia. São funções da vigilância epidemiológica:

- coleta de dados;
- processamento de dados coletados;